

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO****Concurso Público para provimento de cargos de
Juiz do Trabalho Substituto****QUESTÃO 1 – NOÇÕES GERAIS DE DIREITO E FORMAÇÃO HUMANÍSTICA (Valor: 2,0 pontos)**

*Enquanto o problema da relação entre esfera política e esfera econômica é um problema de delimitação de campos, que aqui foi reconstruída como delimitação de duas esferas de exercício de poder com distintos meios, e o problema da relação entre moral e política é um problema de distinção entre dois critérios de avaliação das ações, o problema da relação entre política e direito é um problema muito complexo de interdependência recíproca. Quando por direito se entende o conjunto das normas, o sistema normativo, dentro do qual se desenvolve a vida de um grupo organizado, a política tem a ver com o direito sob dois pontos de vista: enquanto a ação política se exerce através do direito, e enquanto o direito delimita e disciplina a ação política. (Norberto Bobbio, **Teoria Geral da Política. A Filosofia política e as lições dos clássicos**. Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000, p. 232)*

Tendo por referência o trecho citado, explique o entendimento de Norberto Bobbio acerca da relação entre Política e Direito, relativamente aos dois "pontos de vista" evocados pelo autor, a saber:

- enquanto a ação política se exerce através do direito;
- enquanto o direito delimita e disciplina a ação política.

(Elabore sua resposta definitiva em até 30 linhas)

QUESTÃO 2 – DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO E DIREITO COLETIVO DO TRABALHO (Valor: 2,0 pontos)

Luiz Augusto, em razão de condições socialmente vulneráveis próprias e de sua família, aos 15 anos de idade, e autorizado por seus pais, aceita realizar o trabalho de anotação e coleta de jogo do bicho na região de sua moradia, cumprindo-o de modo pessoal, habitual, remunerado e subordinado a membros de uma facção criminosa. Ao completar 18 anos de idade, e por determinação da mesma facção criminosa, passa também a realizar diariamente a entrega de entorpecentes nas chamadas "bocas de fumo" da região, com gratificação de 100% em seus ganhos mensais. A partir dos 20 anos, temendo reprimenda criminal, obtém autorização para trabalhar exclusivamente como garçom em prostíbulo administrado pelo mesmo grupo, quando deixou de perceber a gratificação. Não obteve anotação do contrato e suas alterações em sua CTPS, tampouco percebeu qualquer valor de parcelas trabalhistas, salvo o pagamento mensal ajustado. Como Juiz do Trabalho, analise e defina a eficácia dos contratos de trabalho mantidos por Luiz Augusto nos três períodos destacados. No caso de dispensa imotivada durante o último período laborado, haverá direito ao recebimento de aviso prévio, diferenças salariais, 13^{ºs} salários, férias com 1/3, FGTS com 40% e anotação em CTPS? Justifique.

(Elabore sua resposta definitiva em até 30 linhas)

QUESTÃO 3 – DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO (Valor: 2,0 pontos)

Conceitue e distinga mandato tácito e mandato *apud acta*, discorrendo sobre sua admissibilidade no Processo do Trabalho.

(Elabore sua resposta definitiva em até 30 linhas)

QUESTÃO 4 – DIREITO CIVIL, DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CONSTITUCIONAL (Valor: 2,0 pontos)

A fabricante de inseticidas Morte Rápida S.A. terceirizou a limpeza de seu maquinário, contratando a empresa Tudo Brilhando Ltda. para esse fim. José Aparecido, funcionário da empresa Tudo Brilhando Ltda., ao proceder à limpeza de um tanque de metal, sem o uso de botas, pisou em um fio elétrico que se soltou da tomada, morrendo eletrocutado. O encarregado pela segurança da empresa Tudo Brilhando Ltda. disse no inquérito policial instaurado que José Aparecido havia recebido treinamento para trabalhar no tanque de metal e que desconhecia as razões pelas quais não utilizava botas no momento do acidente, afirmando terem sido oferecidos ao funcionário, além das botas, capacete e luvas, também não utilizados por ocasião do evento fatal. Já Morte Rápida S.A. sustentou não ter qualquer responsabilidade pelo acontecido, tendo em vista a terceirização operada, eximindo-se de qualquer auxílio à família de José Aparecido, composta da viúva e de dois filhos menores.

Considerando-se que todos eles, viúva e filhos de José Aparecido, ajuizaram ação indenizatória por danos materiais e morais contra Morte Rápida S.A., não o fazendo em relação a Tudo Brilhando Ltda., responda às seguintes indagações, fundamentadamente:

S.P.Q.R.

- a. A ação proposta baseia-se na responsabilidade subjetiva ou objetiva? Existem normas constitucionais que regem a matéria?
- b. Há fundamento legal para o ajuizamento da demanda contra Morte Rápida S.A., sendo José Aparecido empregado de Tudo Brilhando Ltda., empresa à qual terceirizados os serviços de limpeza na empresa ré?
- c. Existe a possibilidade legal de Morte Rápida S.A. incluir Tudo Brilhando Ltda. no processo, visando a uma futura responsabilização desta última em caso de condenação da primeira empresa?
- d. Até quando poderão ser pleiteados alimentos por parte da viúva e dos seus filhos menores? Há prejuízo à viúva quando os filhos deixarem de perceber suas pensões?
- e. Há possibilidade de o juiz determinar a constituição de alguma garantia patrimonial por parte de Morte Rápida S.A., se julgada procedente a demanda?

PREPARO JURIDICO

CURSOS PARA CONCURSOS

QUESTÃO 5 – DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO ADMINISTRATIVO (Valor: 2,0 pontos)

O Presidente da República editou, em 04 de fevereiro de 2014, medida provisória com a finalidade de instituir permissivo legal à alienação, para pessoas físicas e jurídicas estrangeiras, de ações de capital de sociedades de economia mista que atuem na pesquisa e lavra de recursos minerais, bem como no aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica. A medida provisória passou a permitir a alienação de 100% (cem por cento) do capital votante, revogando vedação específica constante de legislação anterior.

Com base no novo diploma, a União transferiu a empresas estrangeiras o controle acionário de sociedade de economia mista do ramo da mineração. Foi alienado, no caso, mais de 80% (oitenta por cento) do capital votante da estatal.

Em 02 de maio de 2014, após aprovação do texto na Câmara dos Deputados, o plenário do Senado Federal, no âmbito do processo de conversão em lei da medida provisória, deliberou pelo não atendimento dos pressupostos constitucionais, nos termos do parecer emitido pelo Relator. Segundo o parecer, a medida provisória disciplinava matéria que lhe era constitucionalmente vedada. Senadores governistas, durante a sessão de votação, alegaram, sem sucesso, que o exame sobre o atendimento dos pressupostos constitucionais não caberia ao plenário.

Apesar da rejeição da medida, a União confirmou os termos da alienação celebrada, reconhecendo sua validade jurídica. Em razão disso, partido político com representação no Congresso Nacional ajuizou perante o STF arguição de descumprimento de preceito fundamental contra a medida provisória rejeitada e os efeitos dela decorrentes. Durante a tramitação da arguição, os parlamentares federais do partido que propôs a demanda desligaram-se da legenda, filiando-se em outra agremiação partidária. O Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União manifestaram-se pelo não conhecimento da ação.

Tomando em consideração especificamente o quadro fático ora descrito, analise, de forma fundamentada, os seguintes aspectos:

- a. a presença de vício de inconstitucionalidade na medida provisória editada, bem como em seu processo de tramitação no âmbito do Poder Legislativo.
- b. o cabimento, tendo em vista o objeto, da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- c. o prosseguimento da arguição ante a superveniente perda de representação congressual do partido político.

(Elabore sua resposta definitiva em até 30 linhas)